



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

PARECER JURÍDICO Nº 29/2021.

Consultante: Fundo Municipal de Saúde de Aquidabã, Sergipe.

Assunto: Parecer Jurídico conforme art. 38, VI e parágrafo único da Lei nº 8.666/93 referente ao Pregão Eletrônico nº /2021 para Registro de preços (FMS)

Objeto: Minuta de Edital e Ata destinados a lavratura de ata de registro de preços para eventual aquisição de óculos para distribuição gratuita aos alunos matriculados no EJA - Educação de Jovens e Adultos do Município de Aquidabã - Fundo Municipal de Saúde de Aquidabã, Sergipe.

**EMENTA. PARECER JURÍDICO.
PREGÃO ELETRÔNICO.
REGISTRO DE PREÇOS.
AQUISIÇÃO REGISTRO DE
PREÇOS PARA EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE ÓCULOS PARA
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS
ALUNOS MATRICULADOS NO
EJA ANÁLISE RESTRITA AOS
ASPECTOS JURÍDICOS.
CONFORMIDADE COM AS
DISPOSIÇÕES LEGAIS.**

Vem ao exame dessa Assessoria Jurídica, na forma do art. 38, VI, e parágrafo único da Lei 8666/93, o presente processo administrativo para lavratura de ata de registro de preços visando a aquisição de registro de preços para eventual aquisição de óculos para



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

distribuição gratuita aos alunos matriculados no EJA - Fundo Municipal de Saúde de Aquidabã, Sergipe, conforme constante na Justificativa.

Sabe-se que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de análise à legalidade do procedimento, bem como os pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente.

Desta forma, a conveniência da realização de determinada contratação fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas, *in casu* o Gestor do Fundo Municipal.

Foi realizada pesquisa de mercado que gerou o MAPA DE LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE PREÇOS DE MERCADO, no qual se conseguiu cotar um valor médio dos serviços a serem licitados.

Ainda em análise, consta no processo a Minuta do Edital e anexos, quais sejam: Termo de Referência, justificativa, bem como os seguintes anexos:

- Autorização para abertura de processo de licitação;
- Solicitação de abertura do processo licitatório por parte da Gestora Do Fundo;
- **Termo de referência assinado pela Gestora do Fundo;**
- Decreto de nomeação do ilustre pregoeiro e membros da equipe de apoio;
- Minutas e modelos.

Estes são os fatos.

Passemos a análise jurídica que o caso requer.

II. CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS:

Inicialmente é válido registrar que o exame jurídico prévio das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes de que trata o parágrafo único do artigo 38 da lei

[Handwritten signature]



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

nº 8.666/93, é exame "que se restringe à parte jurídica e formal do instrumento, não abrangendo a parte técnica dos mesmos." (Tolosa Filho, Benedito de Licitações: Comentários, teoria e prática: Lei nº 8.666/93. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 119).

Ressalte-se que o parecer jurídico visa a informar, elucidar, enfim, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administração ativa.

Cumpra esclarecer, também, que toda verificação desta Assessoria Jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública. Portanto, tornam-se as informações como técnicas, dotadas de verossimilhanças, pois não possui esta Assessoria Jurídica externa o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

Toda manifestação expressa posição meramente opinativa sobre a contratação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe a análise dos aspectos de legalidade nos termos do inciso VI do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, aferição que, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, em seu âmbito discricionário.

Nota-se que, em momento algum, se está fazendo qualquer juízo de valor quanto às razões elencadas pelos servidores que praticaram atos no intuito de justificar a referida contratação.

III. MÉRITO

3.1. FASE PREPARATÓRIA DO CERTAME



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Inicialmente é importante mencionar o art. 3º da Lei nº 10.520/2002 que relaciona os atos que devem ser seguidos pela administração durante a fase preparatória.

É imprescindível, na fase interna ou preparatória do processo licitatório, a minuta do edital e do contrato. Nesse sentido deverá ser considerado todos os atos atinentes ao início do processo e elaboração das minutas, sendo respeitados a necessidade e conveniência da contratação; se os pressupostos legais para a contratação estão presentes (desde a solicitação, autorização até a disponibilidade orçamentária); se há prática de atos antecedentes imprescindíveis à licitação, tais como quantificação da necessidade administrativa, pesquisa de preços, estimativa da contratação); definição do objeto de forma clara, concisa e objetiva; definição da modalidade a ser adotada; termo de referência e critério de julgamento.

Analisando os autos, foi constatado o atendimento dos requisitos exigidos pela norma pertinente, onde o Termo de Referência incluso no processo tem indicação do objeto de forma precisa, há critério de aceitação do objeto e prazos, a justificativa para a aquisição dos serviços supracitados, está intrínseca nos autos.

Ademais, a minuta do edital e seus anexos, assim como minuta do contrato, é parte do processo em análise, estando contemplada a habilitação, sanções, prazos e local de entrega, e por fim existe comprovação da designação do Pregoeiro e de sua equipe de apoio.

3.2. DO EDITAL

A análise da minuta de edital e de contrato será conduzida à luz da legislação aplicável ao presente caso, ou seja, a Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e atualizações; Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da

[Handwritten signature]



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto nº 3.555/2000.

Importante ressaltar que esta Assessoria Jurídica se atém, tão-somente, a questões relativas à legalidade das minutas, ressalvando, portanto, que todo o procedimento deverá observar a legislação supracitada, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos bens/serviços entendidos como necessários, bem como a forma de execução. O art. 40 da Lei nº 8666/93 estabelece critérios mínimos de exigências que deverão ser contemplados na minuta do edital, além da Modalidade e Critério de Julgamento que já foram mencionados anteriormente, destacamos os seguintes:

Analisando o Preâmbulo da Minuta do Edital verificou-se que este atende todas as exigências do Caput do artigo 40 da Lei 8.666/93, pois informa com clareza e objetividade o objeto, a modalidade Pregão Eletrônico, como sendo a adotada por este edital o critério de julgamento ou tipo de licitação menor preço unitário, faz menção a legislação aplicável ao presente edital, indica a data, horário e endereço onde será recebida a documentação e proposta.

Atendendo o inciso VIII, do art. 40 da Lei nº 8.666/93, está previsto no edital impugnação do ato convocatório e o acesso às informações, tais como locais e acesso dos meios de comunicação em que serão fornecidas informações e esclarecimentos relativos à licitação.

Para participação nesta licitação, o edital prevê condições/exigências que deverão ser atendidas pelas empresas licitantes, estas exigências estão previstas nos art. 27 a 31 da Lei 8.666/93 e se encontram nesta minuta de edital, estando portanto

[Handwritten signature]



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

respeitadas as exigências do inc. XIII, do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e arts. 27 a 31 da Lei de Licitações.

Desta forma, entendemos que, sem cobrança excessiva e desnecessária, estão presentes os requisitos exigidos pelos artigos 27 a 31, bem como o artigo 40, da Lei nº 8.666/93, que permitem, formalmente, que esteja apto para a produção dos seus efeitos.

IV. CONCLUSÃO.

ANTE O EXPOSTO, o processo atende as exigências contidas na Lei nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, nas minutas a mim encaminhadas, o que permite a esta Assessoria Jurídica manifestar-se **FAVORÁVEL** a realização do certame licitatório pretendido por esta Municipalidade, que tem como objeto acima descrito, podendo ser dado prosseguimento à fase externa, com a publicação do edital e seus anexos, devendo a CPL se atentar que o artigo 1º, §1º, do Decreto 10.024/2019 não se aplicará ao presente processo licitatório apenas se a aquisição não utilizar recursos oriundos de repasses da União Federal.

É o parecer, s.m.j.

Aquidabã/SE, em 26 de julho de 2021.


ALVARO COELHO MAIA NETO

OAB/SE 5301